



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681022 - ES (2021/0224224-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : EVERALDO DA SILVA BRITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVERALDO DA SILVA BRITO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Agravado de Execução n. 2000428-77.2019.8.08.0035).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 2 meses no regime semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 155, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal advindo do reconhecimento da reincidência pelo Juízo da execução penal, sem o anterior reconhecimento na fase de conhecimento.

Destaca que "o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE nº 92374, já teve a oportunidade de se manifestar e decidir pela exclusão da condenação do acréscimo correspondente à reincidência, ao levar em consideração que tal instituto não foi reconhecido na sentença condenatória, tendo ocorrido verdadeira *reformatio in pejus*, o que é vedado por lei" (fl. 14).

Requer, liminarmente e no mérito, seja cassada a decisão que aplicou e manteve os efeitos da reincidência em sede de execução penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente